

Moção setorial - Por uma JS Federalista!

A unidade dos Estados europeus é uma ideia antiga que nasce nas mãos de Johannes Althusius durante o Renascimento e ganha forma no Iluminismo com Emmanuel Kant e William Penn. Até ao século XX, a ideia não vingou num continente que era um azulejo de estados, que disponham da sua soberania para servir a cupidez e a guerra entre si.

O modelo de integração alcançou maior celeridade no ano de publicação de *Pan-europe* por Coudechove-Kalerge, em 1923, no qual se defendia a criação de uma união aduaneira pan-europeia, que teria uma assembleia popular eleita por cada um dos Estados.

O processo histórico que levou à União Europeia efetivou-se como um projeto de paz para colocar cobro às guerras fratricidas que assolaram perpetuamente o nosso continente. Através da Comunidade do Carvão e do Aço instituída em 1951, que almejava a monopolização dos combustíveis do belicismo europeu. Seis anos volvidos, é criada a Comunidade Económica Europeia com o objetivo de formar um mercado comum e maior integração económica entre os seus membros.

Segue-se um período de crescimento e a multiplicação de comunidades, assim como o aprofundamento das suas instituições e maior inclusão de estados-membros, com as primeiras eleições diretas para o parlamento europeu a serem realizadas em 1979.

A sua ação tornou-se mais visível após a queda do muro de Berlim, que decretou o fim do mundo bipolarizado, e é no âmbito dessa visão que a União é formalmente estabelecida em Maastricht em 1992, com o consecutivo aprofundamento das funções e instituições. A união económica e monetária vem a conhecer o seu maior desenvolvimento com a introdução da moeda única em 2002. Neste conjunto de alterações estruturais não deve ser esquecido o nome de François Mitterand, que lutou para uma união tangível, assente em pilares que caminham para uma mais profunda integração europeia.

Em 2004, foi gorada a tentativa de estabelecimento de uma constituição para a Europa, através dos referendos realizados em França e na Holanda. Em 2007, o Tratado de Lisboa estabelece as bases constitucionais atuais da Europa, aumentando a legitimidade democrática das suas instituições e eficiência da sua ação política e a introdução de freios e contrapesos na sua arquitetura constitucional.

Hoje, a União Europeia é uma união política e económica com elementos federais e confederacionais. Existe enquanto projeto contínuo em construção, com características híbridas tanto de entidade supranacional, em áreas específicas a soberania partilhada, com um longo caminho a percorrer em outros órgãos, que atrasam a autoridade executiva e o consenso entre os governos. No que concerne às políticas, persiste a necessidade de uma arquitetura constitucional nas áreas de regulação, despesa, macroeconomia e política externa.

Deste modo, a União Europeia enfrenta desafios presentes à democracia: a desigualdade, o populismo autoritário e o terrorismo. As desigualdades de rendimentos e de oportunidades são um entrave à autorrealização e às condições de vida digna. Estas, têm vindo a agravar-se nos últimos anos, por consequência da crise económica e seus efeitos nefastos, impedido os jovens de terem uma mobilidade social ascendente, no entanto o

aprofundamento do pilar europeu tem sido dificultado pelo forte pendor inter-nacional em contrapartida com o supranacional, favorecendo uma visão da parte e não do todo.

Já o populismo encontrou terreno fértil e floresceu, disseminando uma ideologia que deposita nas elites políticas a responsabilidade pelo avolumar dos problemas nacionais, designadamente do convívio com as minorias. Uma inimizade cultivada por rivalidades entre países, mas também dentro do mesmo país. A práxis populista resulta na tribalização da sociedade e no canibalismo social, incompatível com o pluralismo e liberdade.

Em particular, o Brexit, moveu-se por motivações nacionalistas, e representa um dado a ter em conta numa conjuntura em que a comunidade se confronta com outras preocupações. O populismo nacionalista é alicerçado em narrativas anti-europeístas, acontece tanto pelo déficit de democracia na União Europeia, opacidade e distância das suas instituições e falta de mecanismos diretos de políticas públicas para os seus cidadãos.

Por fim, o terrorismo é um dos fatores mais suscetíveis de ameaça à União, uma vez que a comunidade continua a ser um dos lugares mais seguros do Mundo. O terrorismo europeu, inorgânico e multidimensional, é normalmente catalizado por por razões etnonacionalistas, separatistas e jihadistas que colocam em causa o Estado de Direito Democrático e ainda mais premente se torna o aprofundamento das políticas de cooperação comum.

Perante esta conjuntura acreditamos que precisamos de mais Europa, e o fim do processo de integração terá de ser o federalismo.

Queremos uma JS assumidamente federalista que vislumbre um federalismo europeu enquanto fim de um caminho a ser percorrido progressivamente e com respeito pela vontade dos Estados e dos povos da Europa.

Assumimos uma europa federal como o justo equilíbrio entre os Estados e os povos da europa, sendo o modelo mais capaz para responder aos desafios internos e externos do nosso tempo.

Um Federalismo que capacite as instituições da União para responder às diversas crises económicas e financeiras, com mecanismos comuns de correção e entreaajuda, comunitarizando os problemas e as fragilidades de uns, assumindo que são problemas e fragilidades de todos.

Mitigando de forma estrutural as assimetrias da europa a várias velocidades, entre o norte e sul, o ocidente e o leste, acelerando a integração dos Estados-membros.

Um Federalismo Europeu que contrarie as visões nacionalistas através da adoção de instituições federais comuns, legitimadas de forma democrática e direta pelos eleitorados dos diferentes, com políticas públicas e um estado social para todos, para que a europa não seja apenas um projeto de paz e propriedade, mas também de liberdade e igualdade.

Num contexto de um mundo que conhece o nascimento de uma segunda polarização, entre os Estados Unidos e a China, nunca o Federalismo foi tão importante. A integração de uma união numa federação permitirá aos Estados europeus, coletivamente, uma projeção

autónoma, com valores europeus, sem depender das vontades beligerantes de Washington ou do modelo autoritário Chinês.

Assumindo que a Europa é um espaço, sem paralelo, de prosperidade, liberdade, democracia, igualdade e justiça. O Federalismo permitirá a projeção desses valores no mundo, o respeito pelo Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos, e a capacidade de preservar a paz e não fomentar a guerra.

O federalismo Europeu não é assim apenas um imperativo da realidade das relações internacionais, mas a conclusão da integração europeia, para uma Europa de Valores, em si mesma e no mundo.